

CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL

Procedimento n.º 67/2023/IGeFE

AQUISIÇÃO DE 2 EQUIPAMENTOS/SISTEMAS DE LÓGICA (FIREWALLS) PARA CPDEDU

(nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 131.º e seguintes do código dos contratos públicos, na sua atual redação)

Parte I

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

Clausula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar pelo Instituto de Gestão Financeira da Educação, I.P., doravante também designado por IGeFE, I.P., na sequência do presente procedimento pré-contratual, por concurso público que tem como objeto a “Aquisição de 2 equipamentos/sistemas de segurança lógica (firewalls) para CPDEdu” com as características técnicas descritas na Parte II do presente caderno de encargos.
2. A tipologia, quantidades, especificações técnicas, requisitos técnicos e funcionais abrangidos pela presente aquisição é a que se encontra definida na Parte II do presente caderno de encargos.
3. O presente procedimento insere-se no CPV 32420000 – 3 – Equipamento de rede a que se refere o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74.

Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante

1. A entidade pública adjudicante é o Estado Português, através do IGeFE, I.P., com sede na Avenida 24 de Julho, n.º 134, em 1399-029 Lisboa, com os números de telefone +351 21 394 92 00, de telefax +351 21 390 70 03 e com o e-mail: compras@igefe.mec.pt.
2. Todas as comunicações relativas ao procedimento devem ser efetuadas por escrito, na plataforma eletrónica de contratação, acessível através do sítio eletrónico <https://www.acingov.pt/acingovprod/2/>.

Cláusula 3.ª

Documentos integrantes do Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar (*a existirem*);
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos (*a existirem*);
- c) O presente Caderno de Encargos e anexo;
- d) A proposta adjudicada; e
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário (*a existirem*).

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe, segundo o n.º 5 do art. 96.º do CCP.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos pela entidade adjudicante e aceites pelo adjudicatário, conforme dispõe o n.º 6 do artigo 96.º e de acordo com o disposto nos artigos 99.º e 101.º do CCP.

5. Além dos documentos indicados no n.º 2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

Cláusula 4.ª

Local de entrega dos bens

1. A entrega dos equipamentos objeto do contrato a celebrar, e os respetivos serviços de instalação e configuração, ocorrerão nas instalações da Entidade Adjudicante, sitas na Avenida 24 de Julho, n.º 134, 1399-029 Lisboa.

2. A entidade adjudicante reserva-se no direito de alterar o local de execução do presente procedimento, mediante prévia comunicação ao adjudicatário, sem custos adicionais.

Cláusula 5.ª

Prazo de execução do contrato

1. O contrato inicia a sua vigência na data da ultima assinatura aposta sobre o mesmo e vigora pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

2. O adjudicatário obriga-se à entrega dos 2 equipamentos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de assinatura do contrato.
3. O termo do contrato não prejudica o cumprimento das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
4. O prazo de execução suspende-se, pelo período requerido e fundamentado pelo adjudicatário desde que autorizado pela entidade adjudicante, nos termos a seguir indicados, ou por iniciativa da entidade adjudicante, devidamente fundamentada.
5. A suspensão prevista na primeira parte do número anterior opera mediante requerimento fundamentado do adjudicatário com a antecedência mínima de 30 dias sob o respetivo início do período requerido, e apenas se expressamente deferido pela entidade adjudicante nos 5 dias úteis subsequentes ao do pedido efetuado.

Cláusula 6.ª

Preço base

1. O preço base é o preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do presente procedimento.
2. O preço base do presente procedimento, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do CCP é de € 305.731,93 (trezentos e cinco mil, setecentos e trinta e um euros e noventa e três cêntimos), com exclusão do imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
3. A fixação do preço base nos termos e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 47.º do CCP foi apurado, de acordo com preços atualizados do mercado obtidos através de Consulta Preliminar ao Mercado, por força do art. 35.-A do CCP à seguinte entidade:

Reload- Consultoria Informática Lda.
4. Todas as comunicações efetuadas no âmbito da consulta preliminar podem ser consultadas nos serviços da entidade adjudicante.

Cláusula 7.ª

Caução

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, porquanto o preço contratual é inferior a € 500.000,00.

CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. Pela presente aquisição bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante designadamente:
 - a) Incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, bem como quaisquer outros encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
 - b) Impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à execução do contrato, dentro ou fora do território nacional;
 - c) A obtenção de quaisquer autorizações e ao pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações que impendem sobre o adjudicatário no âmbito do contrato.
3. Não há lugar à revisão ou à atualização do preço contratual.

Cláusula 9.ª

Obrigações da entidade adjudicante

1. Constitui obrigação da entidade adjudicante pagar o preço contratual adjudicado, mediante verificação do bom cumprimento da(s) prestação(ões) e execução contratual por parte do adjudicatário, em respeito das condições de pagamento estabelecidas na Cláusula 11.ª do presente Caderno de Encargos.
2. Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a entidade adjudicante só se obriga a pagar ao adjudicatário pelos bens que efetivamente venham a ser entregues/disponibilizados e os serviços que efetivamente venham a ser prestados.
3. Constitui obrigação da entidade adjudicante disponibilizar ao adjudicatário todos os meios necessários para a execução do contrato.
4. Constitui ainda obrigação da entidade adjudicante o acompanhamento da entrega e execução, resultante do contrato a celebrar, pelo gestor designado na Cláusula 34.ª, nos termos do artigo 290-A.º do CCP.
5. A entidade adjudicante procederá igualmente à comunicação ao adjudicatário da alteração do gestor de contrato designado, bem como respetivos elementos de contacto, caso a mesma ocorra durante o período de vigência do contrato.
6. A entidade adjudicante comunicará ao adjudicatário, logo que dele(s) tenha(m) conhecimento, do(s) facto(s) que tornem total ou parcialmente impossível a prestação do objeto contratual, bem como o cumprimento de qualquer outra prestação contratual, dentro dos termos e condições definidos para o efeito.
7. O atraso em qualquer momento por parte da entidade adjudicante no cumprimento de obrigações pecuniárias, não autoriza o adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de quaisquer obrigações previstas no contrato celebrado, salvo se a invocação da exceção de cumprimento não implicar grave prejuízo para a realização do interesse público.

Cláusula 10.ª

Condições e prazo de pagamento

1. A entidade adjudicante fica obrigada a pagar ao adjudicatário, o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

2. O preço dos bens a entregar à entidade adjudicante é o que resultar do disposto neste caderno de encargos e da proposta apresentada, não podendo em caso algum ser superior ao preço base definido na Cláusula 6.ª.
3. O encargo total pela execução da entrega dos bens e sua instalação será regularizado mediante o pagamento integral, após verificação da conformidade e comunicação da aceitação dos mesmos.
4. A faturação à entidade adjudicante será emitida de acordo com os números anteriores da presente cláusula, após, estar concluída a entrega, inspeção e testes e a aceitação dos bens objeto do contrato, através de notificação da sua conformidade e aceitação (por e-mail) por parte do gestor do contrato indicado pela entidade adjudicante.
5. A(s) fatura(s) referida(s) nos números anteriores, emitidas à entidade adjudicante, A fatura apresentada pela execução da entrega dos bens e sua instalação, objeto deste Caderno de Encargos, deve conter os seguintes elementos identificativos, sem os quais serão devolvidas pela entidade adjudicante ao adjudicatário:
 - a. Número de compromisso que, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, for identificado para o contrato [a indicar pela entidade adjudicante]
 - b. Número de contribuinte do IGeFE: 600 086 631;
6. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contar da data de entrada da fatura nas instalações da entidade adjudicante, desde que a mesma tenha sido aprovada, nos termos dos artigos 299.º, 299.º-A e 326.º do CCP.
7. A entidade adjudicante reserva-se no direito de não aprovar a fatura quando esta não respeite o contrato ou o presente Caderno de Encargos.
8. Na situação indicada no número anterior, a entidade adjudicante comunicará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a decisão ao adjudicatário que deverá apresentar outra fatura devidamente corrigida em sua substituição.
9. Em caso de atrasos no pagamento por parte do contraente público, conforme estipulado no n.º 6 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho e no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 62/2013 de 10 de maio, o Adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos do artigo 326.º do CCP.

SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 11.ª

Faturação eletrónica

No âmbito da execução do contrato, o adjudicatário deve cumprir com o regime estabelecido no artigo 299º-B do CCP.

Cláusula 12.ª

Obrigações principais do adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos, ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o adjudicatário a obrigação de proceder ao fornecimento dos equipamentos objeto do presente procedimento bem como os serviços de instalação e ainda as obrigações acessórias melhor descritas na parte II (Especificações Técnicas), nos termos constantes das cláusulas técnicas consignadas no presente caderno de encargos.
2. O adjudicatário obriga-se a prestar à entidade adjudicante os serviços de pós-venda decorrentes da aquisição abrangida pelo presente procedimento durante o prazo de vigência estabelecido na cláusula 5.ª. nº 1. e a prestar os demais serviços associados à manutenção e funcionamento dos equipamentos durante o prazo de vigência do contrato e que se encontram descritos na parte II (Especificações Técnicas).
3. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente todos os documentos em língua portuguesa ou inglesa que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
4. Apenas se consideram disponibilizados os equipamentos com a aceitação de conformidade comunicada por escrito pela entidade adjudicante.
5. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
6. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
 - a. Apresentar os documentos de habilitação, nos termos do artigo 81.º do CCP, na sua atual redação;

- b. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o cumprimento de qualquer das suas obrigações, nos termos do contrato a celebrar com a entidade adjudicante;
- c. Não alterar as condições da execução do contrato fora dos casos previstos neste Caderno de Encargos;
- d. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são fornecidos os bens e são prestados os serviços associados, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- e. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação e sede social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica ou a sua situação comercial, bem como alterações dos seus quadros ou funcionários com relevância para a prestação de serviços;
- f. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.

Cláusula 13.ª

Outros encargos

1. Todas as despesas ou encargos em que o adjudicatário incorra para o cumprimento das obrigações emergentes do contrato são da sua exclusiva responsabilidade e não podem ser reclamados à entidade adjudicante, a menos que outro regime decorra da Lei ou do contrato.
2. São, designadamente, da responsabilidade do adjudicatário:
 - a) Quaisquer impostos, taxas, direitos de qualquer natureza ou outros encargos exigidos pelas autoridades competentes e relativos à celebração e execução do contrato em Portugal ou nos territórios do país ou países do adjudicatário ou de passagem em transporte;
 - b) Encargos com a obtenção de autorizações, licenças, aprovações que, nos termos da Lei e regulamentação, lhe sejam aplicáveis e/ou se mostrem necessárias para o cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, bem como o pagamento de quaisquer emolumentos exigidos pelas autoridades competentes relativamente ao cumprimento das obrigações contratuais do adjudicatário;

- c) Encargos decorrentes da utilização, na execução do contrato, de marcas registadas, de patentes registadas ou de licenças, designadamente, de utilização de *software*, ou outros elementos protegidos por direitos de propriedade intelectual, bem como a obtenção das respetivas autorizações necessárias;
- d) Despesas respeitantes ao cumprimento da obrigação de prestação de quaisquer garantias exigidas no contrato, designadamente, de bom e pontual cumprimento.

3. São ainda da conta do Adjudicatário as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato, incluindo as da prestação da caução, caso haja lugar.

Cláusula 14.ª

Dever de Informação

1. O adjudicatário obriga-se a prestar a informação e esclarecimentos que lhe forem solicitados pela entidade adjudicante, com a periodicidade que este razoavelmente entender conveniente, quanto à execução dos serviços e ao cumprimento das obrigações que para aquele emergirem do contrato.
2. O adjudicatário obriga-se a comunicar de imediato, no prazo de 10 (dez) dias, à entidade adjudicante o início ou a iminência de qualquer processo judicial ou extrajudicial que possa conduzir à sua declaração de insolvência, a providência análoga à insolvência ou à sua extinção, bem como a verificação de qualquer outra circunstância que perturbe a execução do contrato.
3. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário obrigam-se a comunicar entre si, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do seu conhecimento, a ocorrência de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, designadamente de qualquer facto relevante que previsivelmente impeça o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer das respetivas obrigações contratuais.

Cláusula 15.ª

Acesso às instalações

1. O adjudicatário e todas as pessoas que se encontrem ao seu serviço obrigam-se a observar as regras de segurança e de apresentação que, em cada momento, forem estabelecidas pela entidade adjudicante e comunicadas ao adjudicatário.
2. A entidade adjudicante indicará ao adjudicatário quais as normas de identificação do seu pessoal, bem como dos procedimentos adequados para o acesso e circulação deste.

Cláusula 16.ª

Inspecção e testes

1. Efetuada a entrega e instalação dos bens objeto do contrato, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede no prazo de 15 (quinze) dias úteis, à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos nas Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. A inspeção qualitativa a que se refere o número anterior incide sobre a totalidade dos bens, sendo efetuada através dos testes que comprovem o seu correto funcionamento.
3. Durante a fase de realização de testes, o fornecedor deve prestar ao contraente público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Os encargos com a realização dos testes, devidamente comprovados, são da responsabilidade do fornecedor.

Cláusula 17.ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, o adjudicatário.
2. No caso previsto no número anterior, o adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou

substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo adjudicatário, no prazo respetivo, a entidade adjudicante procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 18.ª

Aceitação dos bens

1. Caso os testes a que se refere a cláusula anterior comprovem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e neles não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após instalação, devem considerar-se aceites os bens pela entidade adjudicante
2. Findo, os 15 (quinze) dias úteis mencionados no número anterior sem qualquer comunicação de anomalia pela entidade adjudicante, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos bens objeto do contrato para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.

A aceitação mencionada no n.º 1, não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos bens objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 19.ª

Garantia técnica

1. Os prazos de garantia mínimos dos bens objeto do presente procedimento são os legalmente definidos, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 441.º do CCP, conjugado com o Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro, na sua redação atual, no entanto, caso o prazo de garantia definido pelo adjudicatário seja superior ao estabelecido pela lei, vigorará esse prazo.
2. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o adjudicatário garante os bens objeto do

contrato, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, que se revelem a partir da aceitação dos bens.

3. A garantia inicia-se a partir da data da assinatura do auto de receção, e abrange, na medida do aplicável:

- a) O fornecimento, a correção, a montagem ou a integração dos bens ou quaisquer peças ou componentes em falta;
- b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
- e) O transporte do bem ou das peças ou componentes defeituosos ou discrepantes para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
- f) A deslocação ao local da instalação, de entrega ou àquele que for indicado pela Entidade Adjudicante;
- g) A mão-de-obra.

4. No prazo máximo de dois meses a contar da data em que a entidade adjudicante tenha detetado qualquer defeito ou discrepância, este deve notificar o adjudicatário, para efeitos da respetiva reparação.

5. A reparação ou substituição previstas na presente cláusula devem ser realizadas dentro de um prazo razoável fixado pela entidade adjudicante e sem grave inconveniente para este último, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.

Cláusula 20.ª

Utilização dos sistemas de informação

Sempre que a execução dos serviços associados de assistência pós venda implique o acesso às instalações e utilização dos sistemas de informação da entidade adjudicante, por

colaboradores ou subcontratados do adjudicatário, os mesmos obrigam-se ao cumprimento integral das regras de utilização dos sistemas de informação em vigor na entidade adjudicante.

Cláusula 21ª

Sigilo e confidencialidade

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial, financeira, organizativa, laboral ou outra, relativamente à entidade adjudicante, a que tenham acesso ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, independentemente do suporte da mesma (escrito, verbal ou suporte informático), sendo esta obrigação extensível aos seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que as mesmas envolvam.
2. A informação e a documentação cobertas por dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que o adjudicatário seja legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. Em especial, o adjudicatário obriga-se:
 - a) A respeitar a confidencialidade sobre todos os dados disponibilizados pela entidade adjudicante ou pelas entidades envolvidas no projeto, bem como pelas informações de carácter pessoal ou processual, não os disponibilizando a quaisquer outras entidades; e
 - b) A remover e destruir, no final do projeto, todo e qualquer tipo de registo (magnético ou em papel) relacionado com os dados tratados e que a entidade adjudicante considere como de acesso privilegiado.
5. De igual forma, o adjudicatário garante que terceiros que utilize na execução dos serviços respeitam os deveres referidos.
6. O adjudicatário obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da entidade adjudicante, nos termos legalmente previstos na Lei n.º 58/2019, de 08 de Agosto, relativa à proteção de dados pessoais e no Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de Julho, relativa à proteção jurídica de bases de dados.

Cláusula 22.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do adjudicatário, quaisquer encargos decorrentes da utilização, disponibilização na execução dos “2 equipamentos /sistemas de segurança lógica (firewalls) para CPDEdu” mencionado na parte II do Caderno de Encargos, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for, nos termos do n.º 2 do artigo 447.º do CCP.

Cláusula 23.^a

Proteção e tratamento de dados pessoais

1. As partes obrigam-se a aplicar as regras relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento e circulação de dados, previstas no Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. As partes obrigam-se a efetuar o tratamento de dados pessoais de pessoas singulares que lhes sejam transmitidos, obtidos ou dados a conhecer no âmbito da execução do contrato, de acordo com o disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, tendo especialmente em consideração que:
 - a. Os dados pessoais devem ser tratados de forma que garanta a sua segurança e previna a sua divulgação ou acesso não autorizados, incluindo a proteção contra a sua perda ou destruição;
 - b. A recolha de dados pessoais está limitada ao estritamente necessário para a execução do contrato e durante o período de vigência do mesmo;
 - c. Os dados pessoais recolhidos para uma finalidade específica não podem ser tratados de forma incompatível com essa finalidade;
 - d. Os dados pessoais são objeto de tratamento lícito, leal e transparente, em

conformidade com a legislação aplicável.

Cláusula 24.ª

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na Lei, de forma abusiva.

CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 25.ª

Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes e decorrentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, nomeadamente pelo incumprimento das datas e prazos de entrega / disponibilização dos bens / equipamentos objeto do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, e pelo incumprimento das características, especificações e requisitos definidos neste caderno de encargos, em especial na sua Parte II, correspondente a:

- a. No primeiro período de 7 (sete) dias de calendário de atraso, a sanção aplicável 1% (um por cento) do preço final do contrato por cada dia útil de atraso, não podendo, no total, exceder 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;
- b. A partir do 8.º (oitavo) dia de calendário de atraso, a sanção aplicável será de 2 ‰ (dois por mil) do preço final do contrato, por cada dia de atraso não podendo, no total, exceder 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a Entidade Adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 3% (três por cento) do valor contratual.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo do n.º 1 anterior, relativamente ao objeto contratual cujo atraso na entrega/cedência tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a eventual reiteração, o grau de culpa (dolo ou negligência) do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos à luz do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos desta cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas nesta cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija, para ressarcimento de todos os demais prejuízos causados, uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 26.^a

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ou exigidas indemnizações quando a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário a ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;

- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. O adjudicatário é responsável pelos atos e omissões que possam causar prejuízos à entidade adjudicante ou a terceiros, praticados através da ação dos seus trabalhadores e colaboradores, ainda que tais atos ou omissões sejam dolosa ou negligentemente praticados em violação de ordens ou instruções que aquela lhes haja transmitido, no âmbito dos poderes de autoridade e direção que exerce sobre os mesmos.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 27ª

Resolução e extinção do contrato

1. As violações graves das obrigações assumidas por uma das partes conferem, nos termos gerais de direito, à outra parte, o direito de resolução do contrato, designadamente, nos termos dos artigos 332.º e 333.º do CCP, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais.
2. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a. Não satisfação dos requisitos técnicos e funcionais mínimos, e condições do fornecimento;
 - b. Prestação de falsas declarações.
3. O direito de resolução previsto no número anterior, exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário pela entidade adjudicante.

4. A extinção do contrato obedece ao disposto nas várias alíneas do artigo 330.º do CCP.
5. São causas de extinção do contrato:
 - a. O incumprimento;
 - b. A impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas pelo direito civil;
 - c. A revogação;
 - d. A resolução, por via de decisão judicial ou arbitral ou por decisão do contraente público, nos casos previstos nos artigos 333.º a 335.º do CCP.

Cláusula 28.ª

Resolução do contrato por iniciativa do adjudicatário

1. Os fundamentos de resolução são os previstos na Lei e no Código dos Contratos Públicos.
2. O adjudicatário pode resolver o contrato em caso de atraso, por parte da entidade adjudicante, superior a 60 (sessenta) dias, no pagamento de faturas que se mostrem devidas e se o montante em dívida exceder 25% do preço contratual, excluindo juros.
3. Nos casos previstos no n.º 1 e 2, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao IGeFE, I.P., a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a data de receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos da presente cláusula não determina a cessação das obrigações do adjudicatário relativamente aos serviços já prestados.

Cláusula 29.ª

Efeitos da resolução

1. Em caso de resolução do contrato pela entidade adjudicante por facto imputável ao adjudicatário, este fica obrigado ao pagamento de indemnização, fixada em 25% do preço contratual, sem prejuízo da possibilidade de exigência de ressarcimento de prejuízos para além desse valor, se para tanto existir fundamento.

2. A resolução do presente contrato não prejudica a transferência de direitos de autor relativamente às peças ou elementos que, até esse momento, tenham sido apresentados pelo adjudicatário.

Cláusula 30.^a

Responsabilidade

1. O adjudicatário responde pelos danos que causar à entidade pública contratante em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam, nos termos das normas gerais de direito e do presente artigo.
2. O adjudicatário responde ainda perante a entidade pública contratante pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de prestações emergentes do presente contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele.
3. Nenhuma das partes responde pelos danos causados à outra parte em virtude de incumprimento de obrigações emergentes do contrato decorrente de caso fortuito ou força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho.
4. A parte que pretenda beneficiar do regime acolhido no número anterior deve, para o efeito, informar a outra parte da verificação de uma situação de incumprimento decorrente de caso fortuito ou de força maior, fazendo menção dos factos que, em seu entender, permitem atribuir esta origem ao incumprimento e, ainda, do prazo que estima necessário para cumprir a obrigação em causa.
5. São da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações legais relativas ao pessoal afeto à execução da prestação de serviços, designadamente contribuições para a Segurança Social e seguro obrigatório de acidentes de trabalho.
6. O adjudicatário bem como o pessoal que o mesmo afete à prestação dos serviços objeto o contrato é responsável pela integridade e disponibilidade dos bens e sistemas instalados nos locais a que têm acesso, não os podendo utilizar para outros fins que não os expressamente decorrentes da prestação dos serviços objeto do presente contrato.

Cláusula 31.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O adjudicatário não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato que vier a ser celebrado, nem subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo, sem autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante nos termos do Código dos Contratos Públicos.
2. A cessão da posição contratual e subcontratação pelo adjudicatário, obedece ao disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.
3. A autorização da subcontratação e da cessão da posição contratual depende:
 - a. Da prévia apresentação dos documentos de habilitação relativos ao potencial cessionário que sejam exigidos ao cedente na fase de formação do contrato;
 - b. Do preenchimento, por parte do potencial subcontratado ou cessionário, dos requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira para assegurar o exato e pontual cumprimento do contrato.
3. A entidade adjudicante aprecia, designadamente, se o subcontratado ou o cessionário não se encontra em nenhuma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.
4. Em caso de incumprimento, pelo adjudicatário, das suas obrigações, quando estejam reunidos os pressupostos para a resolução do contrato, este cede a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela entidade adjudicante, pela ordem sequencial daquele procedimento, nos termos do artigo 318.º-A do CCP.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 32.ª

Prazos e regras de contagem na execução

Os prazos estabelecidos para efeitos de execução do contrato que vier a ser celebrado, excluindo os que se inserem nas cláusulas técnicas, contam-se de acordo com as seguintes regras:

- a) Os prazos começam a contar a partir do momento em que a entidade adjudicante comunica a ocorrência ao adjudicatário;
- b) Os prazos são fixados em dias de calendário, salvo se diferentemente assinalado;

- c) Quando o último dia do prazo for sábado, domingo feriado ou dia em que os serviços da entidade adjudicante, por qualquer causa, se encontrem encerrados, passa para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 33.^a

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações ou notificações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio eletrónico com aviso de entrega, carta registada com aviso de receção ou fax, de acordo com os seguintes elementos:

Morada: Av. 24 de Julho, n.º 134 – 5.º - 1399-029 Lisboa

Fax: 213907003

e-mail: compras@igefe.mec.pt.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3. As comunicações entre a entidade adjudicante e o adjudicatário devem ser redigidas em português, podendo ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.

4. As notificações e as comunicações consideram-se feitas:

- a) Na data da respetiva expedição, quando efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, salvo o disposto no número seguinte;
- b) Na data constante do relatório de transmissão bem-sucedido, quando efetuado através de telecópia, salvo o disposto no número seguinte;
- c) Na data indicada pelos serviços postais, quando efetuadas por carta registada;
- d) Na data da assinatura do aviso, quando efetuadas por carta registada com aviso de receção.

Cláusula 34.ª

Gestor do Contrato

1. Aquando da adjudicação, será designado pela entidade adjudicante o gestor do contrato, o qual acompanhará permanentemente a sua execução nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
2. O adjudicatário deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, e que será o interlocutor com o gestor do contrato designado pelo IGeFE, I.P.

Cláusula 35.ª

Foro competente para a resolução de litígios

1. Para o conhecimento de quaisquer litígios emergentes do contrato, designadamente relativos à respetiva interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução, é competente o foro da comarca de Lisboa.
2. As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Cláusula 36.ª

Legislação aplicável

1. Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado no presente caderno de encargos, aplicam-se as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como as restantes disposições regulamentares em vigor, de acordo com a natureza do objeto a contratar.
2. As normas do Código dos Contratos Públicos relativas à fase de execução do contrato prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

I - Âmbito

O presente procedimento tem como objeto a aquisição de 2 equipamentos/sistemas de segurança lógica (firewalls) para CPDEdu, essenciais para o desenvolvimento das suas atividades.

II - Características técnicas requisitos mínimos e quantidades

1-Equadramento da necessidade aquisitiva

A arquitectura de rede prevista para o CPDEdu contempla, essencialmente, dois grandes ambientes/ecossistemas de redes, o “core” e o “campus”.

Estes ambientes representam e asseguram, no que diz respeito às redes de dados, por um lado a função principal de datacenter, e, por outro lado, a coexistência com todas as redes dos nossos clientes, parceiros e até dos nossos fornecedores de comunicações.

É absolutamente essencial que estes ambientes estejam segregados com uma camada adicional de segurança, por onde passará (L3) todo o tráfego de comunicação entre as redes campus e as redes core.

2-Bens Serviços/Tarefas-Condições Gerais

A-Bens e serviços- Especificações Técnicas

Requisitos gerais:

No âmbito do projeto, a proposta deverá considerar o fornecimento de uma solução de **“Firewall de CORE (L3)**

– Proteção do Data Center (Centro de Dados)”, a sua instalação, configuração e integração na infra-estruturado IGeFE, garantindo o cumprimento dos objetivos definidos, bem como o suporte e manutenção nos termos definidos neste documento, pelo período de **36 (trinta e seis) meses**, composta por:

- Solução Firewall CORE (L3);
- Consola de Gestão (VM);
- Serviços de instalação, configuração, suporte e manutenção;
- Adicionais SFP+ e QSFP28.

Firewall CORE (L3)

A solução a fornecer deverá ser baseada em *appliances físicas (hardware)* numa arquitetura em *cluster*. Esta infra-estrutura visa disponibilizar ao IGeFE uma solução de firewall de CORE, proteção ao nível do datacenter, com as seguintes funcionalidades base:

- Cluster de firewall de 2 (duas) appliances físicas;
- Capacidade de segregação em ambientes virtuais, com um mínimo de 5 (cinco);
- Gestão centralizada (através do ITEM 2);
- Suporte 24x7 e subscrições necessárias para as funcionalidades solicitadas com duração de 36 (trinta e seis) meses.

Requisitos, funcionalidades e capacidades da solução.

A solução efetuará a interligação com a infra-estrutura do IGeFE, composta por 2 (dois) equipamentos, com funcionalidades de mínimas de: Firewall, VPN (IPsec), IPS, Application Control e Content Awareness. Sendo ainda possível adicionar as funcionalidades de: URL Filtering, Anti-Bot, DNS Security, Thread Emulation (Sandboxing), Threat Extraction e funcionalidades de Zero Phishing com adição de licenciamento.

Funcionalidades gerais

- Suporte de clustering em Activo-Activo e Activo-Passivo
- Suporte de clustering com mais de 2 membros num mesmo cluster
- Deteção em tempo real de protocolos dinâmicos (ex: FTP, SIP, H323, etc.)
- Deteção/bloqueio de serviços como P2P e IM por aplicação (voz/vídeo/file share)
- Agrupamento de regras
- NAT de aplicações em tempo real
- PAT
- NAT/PAT baseado em regras
- Autenticação de serviços
- Integração com Active Directory e com LDAP
- Base de dados local de utilizadores
- Autenticação de 2 fatores (p. ex. tokens físicos, soft tokens, SMS e email)
- Geração interna e entrega de One Time Password (OTP) para autenticação
- Implementação de regras com data de expiração ou em intervalos de tempo
- Regras com objetos baseados na geografia
- Identificação automática de utilizadores no sistema de logs
- Reputação de Clientes
- Suporte a proxy de HTTP e HTTPS
- Regras por utilizador ou grupo de utilizadores
- Captive Portal para autenticar utilizadores que não pertencem à rede
- Contas Guest com gestão independente
- Identificação de dispositivos (incluindo Fabricante e SO)
- Regras baseadas em dispositivos ou grupos de dispositivos
- Possibilidade de controlo de endpoints
- Opção de criação de gateways virtuais na mesma plataforma.

Networking

- Suporte Múltiplos Links WAN - Redundância e Balanceamento de carga
- Routing baseado em políticas
- Rotas Estáticas
- IPv6
- 802.1q- VLAN Tagging
- DHCP Relay e DHCP Server
- Spanning-Tree (802.1d)
- Suporte 802.3.ad e LACP - Agregação de Links (Activo-Activo ou Activo-Passivo)
- Suporte de Dead Gateway Detection
- Job Scheduler
- Suporte TOS/DiffServ
- Suporte para Virtual Switches e para Virtual Routers
- Instalação em modo Router e modo Transparente

Networking em IPv6

- Rotas estáticas
- RIPv6
- BGP4+
- OSPFv3
- DNS
- Endereçamento de interfaces
- IPv6 Tunnel sobre IPv4
- IPv4 tunnel sobre IPv6
- Packet e network sniffing
- NAT
- Troubleshooting específico IPv6

Protocolos de Routing

- OSPFv2 and v3
- BGP
- RIP
- IGMP v2 and v3
- Static and Multicast routes
- Policy-based routing
- PIM SM
- PIM SSM
- PIM DM

Acessos VPN

- Serviço integrado nativamente e interno nas gateways
- Suporte de IKEv1 e IKEv2

- Suporte de criptografia para 3DES e AES-256 para IKE Phase I e II IKEv2
- Suporte de pelo menos os seguintes grupos de Diffie-Hellman: Group 1 (768 bit), Group 2 (1024 bit), Group 5 (1536 bit), Group 14 (2048 bit)
- IKE Phase2 - Encriptação de dados (DES, 3DES, AES-128, AES-192, AES-256 e NULL) e suporte de integridade dos dados (MD5, SHA1, SHA256, SHA384, SHA512 e NULL)
- VPNs Site to Site: Full Mesh (all to all) ou Star (Remote to center)
- Suporte de IKE com PKI e pre-shared Secret
- Aprovisionamento automático de VPNs site-to-site
- Gestão automática de túneis IPSec de backup
- Suporte de routing dinâmico em VPN IPSec
- Clientes VPN para Windows, MacOS e iOS, Android
- Suporte OTP para VPN sem recurso a terceiros fabricantes ou servidores adicionais
- Aplicação de políticas e restrições de acesso por utilizador ou grupos de utilizadores
- Single Sign On VPN
- Administração a partir da consola central

IDS/IPS

- Serviço integrado nativamente e interno nas gateways
- Atualização automática de assinaturas
- Criação de perfis e existência de perfis pré-definidos para utilização imediata
- Capacidade de captura de tráfego na consola de gestão para proteções específicas
- Proteção contra Denial of Service
- Funcionalidade de bypass em caso de carga excessiva
- Regras de bloqueio automático por países
- Importação e conversão de proteções de SNORT
- Capacidade de inspecionar tráfego com criptografia SSL
- Motor com mecanismos de deteção de assinaturas de exploits, anomalias protocolares, controlos de aplicação e deteção comportamental
- Suporte de motor de deteção de Antibot
- Protocol Tunneling Recognition
- Criação de perfis de proteção para apenas clientes, servidores e ambos
- Capacidade de aplicação de diferentes perfis de proteção em diferentes fluxos
- Administração a partir da consola central

Application Control e URL Filtering (com adição de licenciamento)

- Serviço integrado nativamente e interno nas gateways
- Atualização automática de assinaturas
- Reconhecimento de ≥ 4.000 aplicações
- Reconhecimento de ≥ 250.000 widgets (sub aplicações dentro das principais App Web 2.0, como por ex. Farmville dentro do Facebook)
- Categorização realizada a ≥ 200 milhões URLs com cobertura de mais de 85% da Alexa's Top 1 Milhão de sites
- Controlo por largura de banda de cada aplicação Web 2.0

- Inspeção SSL (tráfego inbound e outbound, ainda que em SSL encriptado)
- Criação de assinaturas personalizadas e privadas
- Criação de regras pelo índice de criticidade de segurança, índice de popularidade, categoria, tecnologia e fabricante de aplicações
- Controlo de utilizadores em ambientes VDI e Terminal Services
- Administração a partir da consola central

Anti-Bot e Anti-Virus (com adição de licenciamento)

- Serviço integrado nativamente e interno nas gateways
- Atualização automática e em tempo real de assinaturas
- Capacidade de detetar e parar comportamentos anómalos na rede
- Detecção em arquitetura multicamada com reputação de IP, URLs e endereços DNS
- Detecção de padrões de comunicação de bots
- Análise das ações de bots
- Bloqueio do acesso a sites mal-intencionados
- Bloqueio de entrada de ficheiros maliciosos
- Capacidade de definição de políticas granulares e eficazes.
- Capacidade de inspecionar tráfego com criptografia SSL
- Correlação centralizada de eventos e mecanismos de reporting
- Administração a partir da consola central

Proteção de ataques Zero-Day / Sandboxing (com adição de licenciamento)

A solução proposta deve incluir de forma nativamente integrada as funcionalidades necessárias para a proteção contra os ataques desconhecidos do tipo “Zero Day” através de técnicas de sandboxing e emulação que permitam:

- Proteger contra os ataques do tipo “Zero Day” antes de serem criadas as assinaturas estáticas contra o malware
- Análise e deteção de ataques ‘Zero Day’ diversos tipos de ficheiros, nomeadamente Adobe PDF, Microsoft Office, EXE, arquivos ZIP, Flash, Java Applets e PIF
- Sanitização em tempo-real (entrega segura aos utilizadores, livre de scripts e similares) de ficheiros habituais de trabalho como Microsoft Office e Adobe PDF
- Emulação de ataques contra vários ambientes do sistema operativo Microsoft Windows, nas versões Windows XP, Windows 7 e Windows 8
- Zero falsos positivos (não existência de falsos positivos)
- Possibilidade de incremento da capacidade de segurança através da partilha de informações de novos ataques detetados noutras gateways com geração automática das assinaturas para bloqueio
- Emulação/sandboxing com capacidade de inspecionar e bloquear ataques por HTTPS sem recurso a dispositivos adicionais
- Capacidade de execução On-Premise e com recurso a serviços cloud
- Possibilidade de implementação de sandboxing em modo ‘in-line’ na cloud, em equipamento out-of-band ou com MTA (Mail Transfer Agent)
- Análise ao nível do CPU para mitigação do risco de evasão
- Administração a partir da consola central

Solução/Configuração

O Proponente deve garantir as seguintes características e capacidades:

All-In-One – Funcionalidades/Capacidade	
Solução	Requisito
Nº de equipamentos - 2 (dois)	Obrigatório
Solução não pode ocupar mais que 4 U's em bastidor	Obrigatório
Suporte 36 meses	Obrigatório
Características de hardware, por equipamento	Requisito
Mínimo de 2 portas a Gigabit em cobre (RJ45)	Obrigatório
Mínimo de 8 portas (slots) 10 GE / SFP+	Obrigatório
Mínimo de 2 portas (slots) 100 GE / QSFP28 (com aceleração)	Obrigatório
Fornecimento de 2 x transceivers em fibra a 100GE / QSFP28 short-range	Obrigatório
Fornecimento de 8 x transceivers em fibra a 10GE / SFP+ short-range	Obrigatório
1 x Porta USB e 1 x Porta de consola (RJ45)	Obrigatório
1 x Porta LOM	Obrigatório
Fontes de alimentação redundantes	Obrigatório
Discos internos (2) com mínimo de 960G SSD	Obrigatório
2 x CPU, com o mínimo de 24 Cores físicos (48 virtuais) cada	Obrigatório
Mínimo 128GB de RAM	Obrigatório

Características/capacidade, por equipamento	Requisito
Firewall throughput mínimo de 250 Gbps (1518 byte, UDP)	Obrigatório
Mínimo de 32 milhões de sessões concorrentes	Obrigatório
Mínimo de 430 mil novas sessões por segundo	Obrigatório
IPS throughput mínimo de 78 Gbps	Obrigatório
Threat Protection Throughput mínimo de 16 Gbps	Obrigatório
Possibilidade de implementar 250 sistemas (firewalls) virtualizados, com licenciamento adicional. Licenciado, no mínimo 5 sistemas (firewalls).	Obrigatório

Consola de Gestão

A solução a fornecer para esta componente deverá ser baseada em infra-estrutura virtual (VM) ou seja em software e numa arquitetura *stand-alone* a ser instalada em infra-estrutura existente (VMWare). **Deve possibilitar a gestão da solução proposta e da solução existente (Cluster Check Point 5900 e Cluster Checkpoint 6200).**

A solução de premitir a segregação em “Multi-Domain” para um mínimo de 25 Gateways/Firewalls (físicas ou virtuais) e no mínimo 5 domínios distintos “gestão delegada”.

Características da Consola de Gestão

- Interface de gestão em plataforma Web por HTTPS ou aplicação própria;
- Alertas (Email, SMS, Consola, Traps SNMP)
- Comunicação cifrada entre as gateways e a consola
- Suporte de “Change Management” embebida
- SNMP v2/v3
- Possibilidade de futura alta disponibilidade da componente de gestão sem necessidade de substituição dos equipamentos (consola ou firewalls) existentes.
- Ainda que no cenário de normal produção a gestão tenha que ser feita de forma nativamentecentralizada na consola solicitada, as gateways deverão ter a capacidade de se gerirem localmente a si próprias e ao outro nó do seu cluster, através de consola integrada sem necessidade de licenciamentos adicionais.
- Possibilidade de gestão sob a mesma consola de firewalls em cloud dos principais fornecedores de serviços (p.ex. Google, AWS e Azure).
- Disponibilização de API para integração de management com outras soluções.

Registo (Logging)

- Registo de toda a comunicação que atravessa as gateways
- Registo de toda a comunicação rejeitada pelas gateways
- Análise dos registos (logs) com aplicação que simplifique a leitura e interpretação
- Registo (logging/audit) de todas as configurações alteradas: Quem/Quando/o Quê?

Monitorização e Relatórios

- Visualização em tempo real das ligações ativas
- Criação de relatórios diretamente dentro das gateways
- Possibilidade de correr na mesma consola que gere a aplicação das politicas
- Estatísticas da performance do hardware
- Capacidade de mostrar estatísticas de "hit count" das regras
- Gráficos de utilização por protocolo, máquina e utilizadores num período
- Top de ataques de segurança, destinos e origens de ataques
- Top de regras usadas, regras de rejeição e regras de aprovação
- Top de tráfego por serviço de rede, tráfego por utilizador e tráfego Web
- Top de serviços e aplicações
- Análise/pesquisa rápida em logs com milhões de registos para identificar eventos
- Correlação de dados de logs de rede e endpoint para detetar atividades suspeitas
- Relatórios com base em templates pré-definidos
- Criação de relatórios e pesquisas customizados
- Pesquisas em texto livre avançado
- Geração e distribuição de relatórios automatizados

All-In-One – Funcionalidades/Capacidade	
Solução	Requisito
Nº de equipamentos - 1 (um)	Obrigatório
Solução Virtual, compatível com WMWare	Obrigatório
Suporte 36 meses	Obrigatório
Características mínimas da VM	Requisito
Não estar limitado o Nº de vCPUs (se licenciada por CPUs, mínimo 16)	Obrigatório
Não estar limitado na RAM atribuída (se licenciada por RAM, mínimo 64G)	Obrigatório
Mínimo de 2 portas/interfaces	Obrigatório
Licenciamento mínimo para 5 domínios e 25 gateways	Obrigatório

Adicionais

Na proposta, deverá o adjudicatário considerar o fornecimento e instalação de SFP+ e QSFP28 a serem instalados nos equipamentos cisco existentes, nomeadamente:

- 4 x QSFP28- QSFP-100G-SR4-S
- 16 x SFP+- SFP-10G-SR
- 20 x Fibras LC/LC OM4 de 3 metros

Outros Requisitos

Na proposta, deverão ser considerados os serviços de instalação e configuração das novas soluções bem como a integração nos ambientes existentes.

Requisitos dos serviços de instalação, configuração e integração:

No âmbito dos serviços de instalação, configuração e integração na infra-estrutura do IGeFE, deverão ser consideradas, pelo menos, as seguintes tarefas:

- Levantamento dos pré-requisitos para a implementação;
- Identificação de possíveis riscos na implementação e elaboração de um plano com medidas de mitigação;
- Definição do cronograma de implementação da solução;
- Instalação dos vários equipamentos;
- Instalação e configuração de todas as componentes e funcionalidades necessárias ao cumprimento dos requisitos definidos nas especificações técnicas;
- Integração/Configuração nos equipamentos já existentes da infra-estrutura do IGeFE (integração com os Switch da Cisco);
- Implementação de política base nas firewalls de CORE (L3) – Domínio de Gestão do Data Center;
- Workshops de transferência de conhecimentos, nas instalações da IGeFE, com uma duração mínima de 2 (dois) dias;

- Definição e configuração de alarmística disponível nas diversas componentes da arquitetura de segurança final;
- Definição e configuração de relatórios;
- Documentação da solução.

Ainda que seja o adjudicatário a assumir a totalidade dos serviços necessários ao correto funcionamento das soluções propostas, o IGeFE, fixa os serviços de instalação, configuração e integração com uma duração mínima de 3 (três) semanas.

Requisitos dos serviços de suporte e manutenção:

Os serviços de suporte e manutenção, bem como eventuais subscrições associadas, deverão ser fornecidos obrigatoriamente com back-to-back com o fabricante, pelo período contratado de 36 (trinta e seis) meses, pretendendo ainda a IGeFE que sejam prestados os seguintes serviços:

- Suporte do fabricante da solução implementada no regime de 24x7;
- Subscrição de fontes de informação (atualização de assinaturas) e similares;
- Pacote de 150 (cento e cinquenta) horas de serviços de suporte tecnológico e técnico local, a utilizar em tarefas de fine tuning, troubleshooting e apoio na exploração das soluções aos longo dos 36 meses.

Requisitos, Garantias e Entregáveis

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.

Caso o IGeFE venha a ser interpelado por ter infringido qualquer ponto relacionado, na execução do contrato (patentes, licenças e marcas), qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o adjudicatário fica obrigada a indemnizá-lo de todas as despesas decorrentes.

Todos os equipamentos entregues têm que ser novos, adquiridos através dos canais oficiais e com suporte assegurado pelo menos em back-to-back com os respetivos fabricantes.

Considerando a iteração e integração da solução a fornecer com um conjunto alargado de tecnologias existentes, o adjudicatário deverá possuir técnicos certificados nas 4 (quatro) competências técnicas das principais áreas de integração da solução, a saber:

- Técnico certificado em tecnologia Check Point, mínimo CCSM-E;
- Técnico certificado em tecnologia Cisco;
- Técnico certificado em tecnologia VMWare;
- Técnico certificado na tecnologia Fortinet, mínimo NSE7.

Deverá ser incluída a comprovada habilitação para prestação dos serviços em âmbito e/ou comercialização dos serviços por parte do fabricante.

III - Marca e proveniência de fabrico

Toda e qualquer referência a marcas ou proveniências de fabrico utilizadas no presente caderno de encargos devem entender-se como indicativas e exemplificativas.

IV - Requisitos de natureza ambiental

Na execução do contrato o adjudicatário obriga-se a garantir o cumprimento das normas ambientais aplicáveis, devendo assegurar a sua adequação a novas normas ou exigências que entrem em vigor no período de vigência do contrato

V - Requisitos relativos às condições de entrega

1. O adjudicatário deve fornecer os equipamentos com os cabos necessários e restante material necessário ao seu normal e correto funcionamento, no local referido na Cláusula 4ª do caderno de Encargos.
2. Em caso de alteração da morada das instalações identificada pela entidade adjudicante para a entrega dos equipamentos, o adjudicatário obriga-se a manter as mesmas condições negociadas, desde que as novas instalações se situem num raio igual ou inferior a 50 km, em relação às instalações anteriores.
3. As embalagens dos equipamentos devem ser conservadas fechadas e seladas pelo adjudicatário até à instalação dos mesmos.
4. Os riscos nas fases de transporte, acondicionamento, embalagem, carga e descarga da entrega, são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.